

Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente

Lia Tiriba*

Maria Clara Bueno Fischer**

Resumo

O objetivo do artigo é apresentar questões teórico-metodológicas do campo de pesquisa Trabalho e Educação e, particularmente, sobre produção associada, autogestão e saberes do trabalho associado. Depois de considerar as formas que tem assumido o trabalho no regime de acumulação flexível, especial atenção é dada aos espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente: a) Espaços/tempos revolucionários – quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade, verifica-se a dualidade de poderes ou o confronto entre capital e trabalho se manifesta por meio de revoltas e rebeliões; b) Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, nos quais as estratégias associativas de trabalho se configuram como parte integrante da economia popular solidária; c) Espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais. A partir de produção científica anterior e dos resultados de uma pesquisa em andamento, nos dedicamos ao terceiro espaço/tempo para argumentar que a produção associada é, possivelmente, a principal escola para o aprendizado da autogestão do trabalho e da vida social. Enfatiza-se que, emergindo ou se mantendo em sociedades hegemônicas pelo capital, essas experiências implicam no formar-se, individual e coletivamente, em meio à contradição vital entre a sociabilidade do capital e outras formas econômico-culturais marcadas pela valorização do trabalho. A perspectiva do materialismo histórico de E. P. Thompson, as mediações de primeira e segunda ordem de István Mészáros e os conceitos de produção associada, autogestão e saberes do trabalho associado, das autoras, sustentam as reflexões apresentadas.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Produção associada e autogestão. Saberes do trabalho associado.

* Doutora em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

**Doutora em Educação pela Universidade de Nottingham (Reino Unido). É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Trabalho e capital: mediações de primeira e de segunda ordem¹

A mudança das formas de regulação do capital repercutiu no crescimento de novas e velhas formas de trabalho. A (in)formalização da economia se materializou não apenas no trabalho temporário, sazonal e parcial, como também na criação de microempresas e cooperativas para compor cadeias produtivas necessárias às empresas-mãe. Mediada pelo Estado, a mundialização do capital é assegurada pela execução das políticas do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, além dos chamados “organismos de cooperação internacional” que corroboram sobremaneira para criar mecanismos de dependência econômica, política e cultural dos povos, comunidades e nações. Acompanhada da perda de direitos sociais, a crise do emprego levou um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras a buscar o trabalho por conta própria, como fonte única ou complementar de renda, alternando seu status ora de trabalhador/a assalariado/a, ora “patrão de si mesmo”.

Na perspectiva do capital, o empreendedorismo resultaria da ação individual ou de um grupo de pessoas que, por reunirem condições de se tornarem pequenos empresários, têm a capacidade de criar, recriar e inovar, assegurando assim o “sucesso dos negócios” (ou seja, do capital). A população relativamente excedente (MARX, 1984) é amplamente convocada a se associar para enfrentar o mercado de trabalho; assim, o cooperativismo, que, no século XIX, havia sido um instrumento de resistência da classe trabalhadora, tornou-se, de maneira geral, presa fácil do capital, em outras palavras, tornou-se a artimanha utilizada pelos empresários para garantir a flexibilização das relações entre capital e trabalho.

Em síntese, os processos de “inclusão forçada” (FONTES, 2005) buscam subjugar a classe trabalhadora às demandas da acumulação flexível que, a partir do final de década de 1970, apresenta-se como resposta às crises do regime de produção fordista e do modo de regulação social assegurado pelo Estado do Bem Estar Social (HARVEY, 1998). No entanto, mais que considerar a vitória do capital sobre o trabalho, é necessário entender a provisoriedade da vitória; pois se assim não o fosse, teríamos que assumir o “fim das utopias” e o “fim da história”. Nesse sentido, vale perguntar: apesar do imperativo das mediações de segunda ordem, inerentes aos sistemas de exploração dos seres humanos e da natureza, que mediações de primeira ordem permanecem vivas (e/ou com

sobrevida) no Século XXI? Frente as atuais configurações do mundo do trabalho, quais questões de ordem epistemológica e teórico-metodológicas se colocam para compreensão das relações entre trabalho e educação, consideradas na sua historicidade? Por se tornar hegemônico, o modo de produção capitalista foi capaz de alterar todas as formas primárias de reprodução da vida social, submetendo tudo e todos ao controle sociometabólico do capital? As análises têm como referência tanto as mediações de segunda ordem como as de primeira ordem?

István Mészáros (2002) compreende o socialismo na perspectiva marxiana, como estratégia para a constituição de uma sociedade dos “produtores livremente associados”. Nessa direção, o autor define as mediações de primeira ordem como

[...] as formas essenciais de mediação primária abrangem as relações em cujo quadro tanto os indivíduos da espécie humana como as entrelaçadas condições culturais/intelectuais/morais/materiais cada vez mais complexas de sua vida são reproduzidos segundo a margem de ação sócio-histórica disponível e cumulativamente ampliada. Entre essas condições estão: a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis; a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução; o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos). (MÉSZÁROS, 2002, p. 213).

O autor refere-se a processos de produção da vida social em que o trabalho se constitui como mediação entre seres humanos e natureza, em cujas relações sociais de produção não se verificam, necessariamente, a apropriação individual dos meios de produção e, tampouco, a exploração dos seres humanos pelos seres

humanos. As hierarquias estruturais de dominação, opressão e subordinação são indispensáveis à reprodução sociometabólica do capital. As mediações de segunda ordem, entre elas os processos educativos, buscam subordinar a vida social ao imperativo da produtividade do capital, afetando sobremaneira às funções de mediação primária. No entanto, na análise do processo histórico, consideramos pertinente questionar as maneiras pelas quais nos apropriamos e apreendemos os elementos de contradição que permeiam, atravessam e são partes integrantes dos movimentos do real.

Quando tomamos como objeto os espaços/tempo das comunidades tradicionais que persistem no atual contexto do capitalismo, como percebemos as mediações de primeira ordem, atravessadas por mediações de segunda ordem? É possível afirmar que ali se encontram elementos de produção associada e autogestão?

O termo Produção Associada e Autogestão nos remete às relações econômico-sociais e culturais em que os/as trabalhadores/as têm a propriedade e/ou posse coletiva dos meios de produção e cuja organização do trabalho (material e simbólico) é mediada e regulada por práticas que conferem aos sujeitos coletivos o poder de decisão sobre o processo de produzir a vida social. Diz respeito a um conjunto de práticas coletivas de pessoas ou grupos sociais que se identificam por compartilhar concepções de mundo e de sociedade fundadas no autogoverno e autodeterminação das lutas e experiências das classes trabalhadoras. Ao contrário da heterogestão, os princípios, as regras e normas de convivência que regem o trabalho associativo e autogestionário são criados e recriados pelos seus integrantes. (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 612).

Nos seus sentidos plenos, assim como a produção associada representa a unidade básica do modo de produção dos produtores livres associados, a autogestão diz respeito à “estrutura básica da sociedade socialista, na economia, na política e na cultura”. Transcendendo os limites do Estado, “a tomada das decisões básicas está nas mãos dos conselhos de autogestão e das assembleias organizadas segundo princípios fundados na organização da produção e nas divisões territoriais” (BOTTOMORE, 1993, p. 23).

Sabemos que, assim como qualquer categoria, “produção associada” e “autogestão” são categorias históricas, as quais, no horizonte da emancipação humana, se relacionam e se articulam. Como nos indica Marx (1978, p. 120), “apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto das condições históricas e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas”. Isso significa que, se de um lado, a “produção associada” e a “autogestão” só se materializam plenamente na sociedade dos produtores livres associados (entendida como sociedade comunista), de outro, são possibilidades concretas de experimentação no interior do modo de produção capitalista. Nesse caso, a autogestão diz respeito “à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões nas empresas. Os meios de produção são socializados (de propriedade da comunidade de trabalhadores ou da totalidade da sociedade) [...]” (BOTTOMORE, 1993, p. 23).

Ora, todo modo de produção da existência humana é construído processualmente pela práxis humana no interior do modo de produção que vai sucedê-lo, assim como, o modo de produção que se torna hegemônico, guarda resquícios do modo de produção anterior. Além disso, a hegemonia de um modo de produção só é possível graças a sua combinação a outros modos de produção, que se tornam a ele dependentes. Tais aspectos evidenciam a importância de compreender os modos de vida que, embora submersos às relações sociais capitalistas, diferenciam-se e/ou se confrontam com os paradigmas do sistema capital. Nesse horizonte, a concretude da “produção associada” (ou trabalho associado) e da “autogestão” (do trabalho e da vida social) vai se plasmando, vai se materializando em diversos espaços/tempos históricos, determinados, como diria Edward P. Thompson (2008), pelo *conjunto* das relações sociais de produção, ou seja, não apenas pelas relações que são hegemônicas em uma determinada sociedade, mas também pela ação, pela agência dos sujeitos coletivos que disputam seu modo de vida com o modo de vida dominante.

Como indicamos no artigo sobre trabalho associado e autogestão e os saberes dele decorrentes (FISCHER; TIRIBA, 2009a), a apreensão dos movimentos do real pressupõe a compreensão dialética da especificidade de cada campo do real e de cada fenômeno. Portanto, quanto maior o número de campos que a ciência descreve, “tanto mais transparente se torna a unidade material interna dos mais diversos e afastados campos do real, enquanto se coloca de modo novo [...] os problemas da unidade do mundo” (KOSIK, 1995, p. 56).

Como momento de reprodução espiritual e racional da realidade, as mediações de primeira ordem só podem ser entendidas na sua relação com as mediações de segunda ordem do sistema capital, o que requer o diálogo entre teoria e empiria, entre conceito e evidência. Afinal, como é possível se fundamentar no materialismo histórico sem considerar as categorias mediação e contradição?

Para Thompson (1981, p. 185), “ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente”, assim, em pesquisas sobre espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, muitas perguntas se fazem necessárias: Como as pessoas vivem? Como se educam? Trabalho e vida se articulam? Como se dão as relações entre sujeito individual e sujeito coletivo, entre indivíduo e comunidade? É possível perceber os fios invisíveis que articulam economia e cultura na organização da vida social? Quais as relações entre trabalho, educação e produção de saberes? Em que medida é possível afirmar que essas experiências são portadoras de elementos de produção associada e autogestão?

Espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente

Como resultado provisório da luta entre capital e trabalho, podemos afirmar que, na atualidade, atravessados por mediações de primeira e de segunda ordem, convivem e se entrelaçam, pelo menos, três importantes espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, nas quais estão presentes, ainda que contraditoriamente, elementos da produção associada e da autogestão do trabalho e da vida social. São eles: a) Espaços/tempos revolucionários – quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade, verifica-se a dualidade de poderes ou o confronto entre capital e trabalho se manifesta por meio de revoltas e rebeliões; b) Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, nos quais as estratégias associativas de trabalho e de sobrevivência se configuram como parte integrante da economia solidária, economia popular solidária ou qualquer outra denominação que, embora não sejam sinônimos, anunciam a construção de uma economia alternativa ao capital; c) Espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais.

O *primeiro espaço/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente* diz respeito às experiências históricas revolucionárias as quais se expressam de variadas formas, sentidos e com diferentes graus de controle dos meios de

produção: a Comuna de Paris (1871); os Soviets de representantes operários, camponeses e soldados na Rússia (1905; 1917); a Guerra Civil Espanhola (1936-1939); os conselhos operários de Turim, Itália (1919-1921), da Iugoslávia (1950), da Hungria (1956) e da Polônia (1956, 1970); a Revolução dos Cravos em Portugal (1974), entre outros. Em âmbito latino-americano, temos o México (Comuna de Morelos, 1910), Cuba (1959), Chile (1972) e a Nicarágua (1979). No Brasil, especialmente no campo, destacamos a República de Canudos (1896), Quilombo dos Palmares (segunda metade do século XVII), Cadeirão de Santa Cruz do Deserto (1920), as Ligas Camponesas (1950), destacando-se a criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) (1954), com a participação de Francisco Julião².

Como “estratégia-movimento social”, nas experiências de produzir a vida associativamente, as classes trabalhadoras ensaiam a autogestão, visando à autonomia e autodeterminação no trabalho e em todas as instâncias das relações sociais. Como lembra Claudio Nascimento (2011, p. 25), tratando-se de revoluções ativas de massas, revoltas ou rebeliões, em todos os casos, “os trabalhadores fundaram órgãos de Autogestão Socialista, que são na verdade, órgão de caráter Comunal”. Considerando as “formulações teóricas de muitos pensadores socialistas nesse longo período”, o autor sinaliza que o estudo da história da autogestão implica uma abordagem de longa duração, desde a Comuna de Paris “até as experiências Comunais de Nuestra América deste século em curso” (NASCIMENTO, 2011, p. 25-26).

Sobre o *segundo espaço/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente*, referimo-nos às experiências econômicas dos setores populares que, historicamente, estiveram presentes nos países latino-americanos e que, até recentemente, eram invisíveis ou consideradas como atividades marginais e/ou informais. Em especial, referimo-nos às unidades de produção, hoje, denominadas de cooperativas populares, associações, grupos de produção comunitária, grupos de produção associada, empreendimentos econômicos solidários, organizações econômicas populares, entre outras, as quais, no atual contexto do capitalismo, podem se plasmar a produção associada, entendida na perspectiva marxiana, como unidade básica da sociedade dos produtores livres associados. Para tal, é necessário lembrar que a proliferação de organizações econômicas associativas, de cunho popular, antes considerada como manifestação da economia informal ou como um setor tradicional que deveria se incorporar à economia capitalista moderna, proporcionou maior

interesse por parte dos militantes e pesquisadores dos movimentos sociais, que passaram a se debruçar sobre sua dinâmica interna, vislumbrando suas potencialidades como manifestação de uma racionalidade econômica distinta da lógica do capital. Com diversas matrizes teóricas, conceitos como economia solidária, economia popular solidária ou economia social e solidária, têm sido utilizados para explicar o fenômeno do trabalho associado e, ao mesmo tempo, fomentar a criação de organizações econômicas que não se referenciem nos paradigmas capitalistas.

No Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador e México, as reivindicações dos movimentos sociais por “outra economia” (CATTANI; CORRAGIO; LAVILLE, 2009) se tornaram parte integrante das políticas públicas de geração de trabalho e renda. O objetivo é fomentar e dar organicidade às práticas econômicas associativas fundadas na propriedade coletiva dos meios de produção e numa cultura do trabalho inspirada nos princípios da autogestão da vida social. Tratando-se de movimentos onde convivem diferentes concepções e projetos societários, cujas demandas são, em parte, atendidas pelo Estado e mediadas por organizações não governamentais (ONGs), entendemos que um dos desafios é analisar o fenômeno do trabalho associado (e, portanto as relações entre trabalho e educação), tendo em conta a totalidade histórica na qual se dá um novo tratamento à questão social³.

Sobre o *terceiro espaço/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente*, não podem passar despercebidas àquelas culturas do trabalho que, resistindo ao modo de produção capitalista, perduram em diversos espaços/tempos, como os povos da floresta, comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais milenares situadas na Ásia, África, nas Américas (México, Peru, Bolívia, Equador, por exemplo). Para Solano e Lazarini (2009, p. 121), nas sociedades andinas e da mesomérica “o sujeito transcendental e principal é a comunidade, integrada a partir do trabalho coletivo e da propriedade comunitária, articulados em equilíbrio e respeito à natureza como sujeito participante, vivo”. Por não ter sua origem na luta contra a pobreza e a marginalização imposta pelos europeus, na “economia comunitária”, fundada na organização familiar, é o trabalho coletivo que torna possível a relação e a transformação da natureza, cujo objetivo é a produção de valores de uso. A satisfação das necessidades humanas, entendida como satisfação das necessidades do conjunto da comunidade pressupõe a constituição de relações de reciprocidade, redistribuição e complementariedade.

No Brasil, a história dos países latino-americanos não começa quando os europeus chegaram para evangelizar e colonizar os indígenas. Permeada, entre outros, por questões étnico-raciais, de gênero, religiosidade e geração, a história de dominação dos seres humanos pelos próprios seres humanos remonta a história da humanidade. As classes dominantes e seus representantes que trabalhavam/trabalham a serviço da competição e da guerra entre os próprios seres humanos não “economizaram” esforços para poupar os povos andinos da exploração do trabalho, dizimando milhares de pessoas que, por uma questão econômico-cultural, não se submetiam nem se submetem à lógica do dominador.

Exemplos de resistência econômico-cultural podem ser encontrados em diversos países. Movimentos populares lograram aprovar, na Constituição do Equador, promulgada em 2008, o reconhecimento das práticas econômico-culturais dos povos milenares que lá habitam. Na Bolívia, por sua vez, são históricas as lutas de sublevação dos indígenas por terra, território, pela defesa dos recursos naturais e independência dos colonizadores. No México, é emblemática a luta do Exército Zapatista de Libertação (EZLN), desde 1983 e que até os dias atuais põe em prática a lógica da organização coletiva da vida em Chiapas. No Peru, em 2008, representantes dos povos indígenas e das comunidades camponesas redigiram o documento *Agenda Nacional Indígena e Campesina*, na qual reafirmam a autodeterminação e autonomia de suas lutas.

Embora polêmica, é importante lembrar uma das teses de José Mariátegui, pensador marxista peruano e editor da Revista *Amauta*, quanto à importância do coletivismo agrário inca como estratégia política na luta pelo socialismo nos países indo-americanos. Para ele, os povos indígenas conservam o ideário das terras comunais que pertencem ao *ayllu*, ou seja, ao conjunto de famílias que formam a comunidade; cultivam espírito coletivista, preservando tradições de cooperação e solidariedade que orientam seu modo de vida, o que vem a se constituir como “a expressão empírica de um espírito comunista”. Colocando-se contrário à filosofia evolucionista, historicista e racionalista que elege o “progresso” como o único caminho para a humanidade, acredita que, se fortalecida a organização econômica coletiva, os “povos de economia rudimentar” não precisam “sofrer a longa evolução pela qual passaram outros povos”.

Creemos que entre as populações ‘atrasadas’, nenhuma reúne, como a população indígena inca, condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo,

subsistente em estruturas concretas e no profundo espírito coletivista, transforme-se, sob a hegemonia da classe proletária, numa das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 144).

Ao analisar os limites e potencialidades das experiências históricas de produção associada no contexto da acumulação flexível, Nascimento (2011b, p. 3), ao estudar o “romantismo-revolucionário” de Mariátegui, considera:

As experiências históricas, guardando a especificidade de cada país, demonstram que a construção do novo poder e de uma contra hegemonia nas sociedades da América Latina, só se dão na medida em que conseguem construir um sujeito político plural, múltiplo, a partir de sua diversidade étnica e cultural.

Além de países como Peru, Bolívia, Equador, Chile, Venezuela, Colômbia Uruguai e Argentina, diversas formas de resistência ao modo de vida capitalista podem ser encontradas no Brasil. Em especial, destacamos os espaços/tempos de nossa atual pesquisa⁴, nos quais queremos evidenciar as práticas econômico-culturais que, apesar dos imperativos de mediações de segunda ordem, vêm ao encontro das mediações de primeira ordem, descritas por Mészáros. Elas requerem, além das indicadas anteriormente, as que se seguem:

[...] a organização, a coordenação e o controle de múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para a realização de um processo bem sucedido de reprodução sociometabólica das comunidades humanas cada vez mais complexas; alocação racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de economizadora) dos meios e formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas; e a promulgação e administração das normas e regulamentos do conjunto da sociedade aliada às outras funções e determinações da mediação primária. (MÉSZÁROS, 2002, p. 213).

De longa duração são os espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais. Situadas no campo e sob ameaça de mediações de segunda ordem, persistem no contexto da acumulação flexível, carregando elementos de produção associada e autogestão. Dados preliminares de nossa pesquisa indicam que, na região Sul Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, o Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba foi criado em 2007 com o objetivo de garantir a preservação dos costumes, tradições; enfim, do modo de vida marcado pela posse coletiva dos meios de produção e uma forte relação com a mãe natureza. No estado do Mato Grosso, sobrevivem 45 etnias localizadas em 78 terras indígenas, que lutam pela demarcação e proteção de suas terras; 68 comunidades pantaneiras e 69 comunidades quilombolas, espalhados nos biomas do Pantanal, Cerrado e Amazônia. Regina Silva e Michele Sato (2011, p. 8) reconhecem que “na paisagem exuberante existem identidades que, muitas vezes, estão à mercê do descaso histórico e da economia hegemônica do agronegócio que avançam sobre os ditos espaços vazios”. Ao considerar a educação como prática social mediadora e, ao mesmo tempo, elemento da cultura do trabalho, é investigando esse espaço/tempo de produzir a vida associativamente que buscamos reunir fundamentos teóricos e empíricos que substanciem o entendimento dos nexos existentes entre economia e cultura na tessitura de relações sociais não capitalistas.

Saberes do trabalho associado: espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais

Thompson (2008) sugere que, na esfera sociopolítica, o modo de viver, pensar, agir, bem como os hábitos, costumes e tradições dos sujeitos individuais e coletivo são elementos de criação e manutenção do modo de vida existente. Para tornar visíveis os territórios onde se manifestam práticas econômico-culturais que carregam elementos da produção associada e da autogestão do trabalho e da vida social, podemos considerar que cada um deles é marcado por suas particularidades e singularidades, historicamente construídas. Entendemos que, como unidade do diverso (MARX, 1978), a totalidade social do “local” é tecida por fios de gênero, raça, etnia e pelas experiências vividas por homens e mulheres nos processos de produção da vida material e simbólica.

Como Thompson, acreditamos não ser possível conceber “economia” e “cultura” como diferentes dimensões da vida social. Para o historiador marxista

que analisou a formação da classe operária na Inglaterra do Século XVIII, “é essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem ‘a reboque’, seguindo os fenômenos econômicos à distância: eles estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações” (THOMPSON, 2001, p. 208). Ter em conta as mediações de primeira e de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2002) que, hoje, tecem a totalidade dos espaços/tempos históricos das experiências de produção associada, ajuda-nos a identificar a materialidade dos nexos entre economia e cultura na contraditória tessitura de relações sociais não capitalistas. Nessa perspectiva, para além de reduzir as determinações ao plano do econômico (marxismo vulgar), podemos afirmar que o econômico e o cultural estão imbricados em uma gama enorme de relações e de representações sobre gênero, raça/etnia, religiosidade e geração, trabalho e educação, entre outros.

Tomar como objeto os espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais existentes na contemporaneidade implica em incorporar na análise o patrimônio dessas experiências. Ao fazê-lo, trilhamos caminhos teórico-metodológicos pouco explorados no Campo Trabalho e Educação⁵.

Ao fazer referência ao que denomina de comunidades primitivas, Dermeval Saviani (2007) explicita a existência de uma relação de identidade entre trabalho e educação, o que nos remete a traços das comunidades tradicionais e povos com culturas milenares:

Nas comunidades primitivas a educação coincidia totalmente com o fenômeno anteriormente descrito. Os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalecia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. Nessas condições, a educação identificava-se com a vida. A expressão “educação é vida”, e não preparação para a vida, reivindicada muitos séculos mais tarde, já na nossa época, era, nessas origens remotas, verdade prática. (SAVIANI, 2007, p. 154-155).

Na trilha desta reflexão, cabe observarmos as análises sobre saberes de comunidades tradicionais, produzidos em contexto de produção associada, na contemporaneidade:

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a preservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado⁶. (DIEGUES, 2004 apud GRZEBIELUKA, 2012, p. 121).

No que diz respeito ao Estado do Mato Grosso, dados empíricos nos reafirmam que, mesmo no contexto da acumulação flexível, é possível identificar, nas relações sociais das comunidades tradicionais, características significativas de educação como socialização de práticas econômico-culturais desta forma de produzir a vida associativamente. Tais práticas são transmitidas de geração em geração. Sobre as comunidades situadas na Baixada Cuiabana e, em especial sobre a Comunidade Capão Verde:

Os depoimentos obtidos junto aos moradores da Comunidade indicam uma intencionalidade dos mesmos na posse dos meios de produção, na não exploração/utilização da força de trabalho de outrem e na concepção de que o trabalho e a produção devem garantir unicamente a reprodução ampliada da vida. Além disso, observamos que eles aprendem a ser solidários no cotidiano e criam redes de solidariedade que extrapolam o âmbito do trabalho. (CAETANO; NEVES; POLINIE, 2011, p. 45).

No entanto, não só em Capão Verde, mas em Campina de Pedra (Baixada Cuiabana), em São Pedro de Joselândia (no Pantanal Mato-grossense)

e, no Assentamento 14 de Agosto, oriundo das lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no município de Campo Verde (Mato Grosso), as comunidades estabelecem relações econômico-político-culturais entre si e com agentes e situações externas a elas. Em outras palavras, mediações de segunda ordem advêm de uma sociedade cujas práticas econômico-culturais estão estruturadas com base na propriedade privada dos meios de produção e dos frutos do trabalho. Nestas predominam, entre outros, a dicotomia entre mundo do trabalho e mundo da cultura como marca da sociedade capitalista, na qual “os possuidores dos meios de produção e seus representantes são considerados detentores do saber científico, enquanto aos vendedores da força de trabalho cabe o saber prático, adquirido na experiência do trabalho vivo” (FISCHER; TIRIBA, 2009b, p. 294).

Tomemos como exemplo a Comunidade Tradicional Imbê, na Baixada Cuiabana (Mato Grosso), a qual nos permite refletir sobre os modos como saberes tradicionais produzidos em condições, por vezes muito difíceis, são reapropriados e transformados para, de forma coletiva, fazer frente as necessidades de sua sobrevivência e preservação. Desafios enfrentados pela comunidade para que os jovens lá permanecessem e os adultos deixassem de vender sua força de trabalho para fazendeiros da região, levou a criação de alternativas de trabalho – não tradicionais – na comunidade. Uma delas foi uma pequena agroindústria de produção de derivados da cana-de-açúcar com benefícios para os associados e para a comunidade. Essa foi uma decisão tomada em assembleia pela Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras de Imbê. A agroindústria combinou saberes existentes oriundos de modos tradicionais de usar a cana-de-açúcar, com tecnologia e conhecimentos técnicos externos.

Assim, hoje a vida em Imbê é o resultado de combinações do modo de vida tradicional e da busca de alternativas para sua preservação. Abre-se, por necessidade de sobrevivência, para o mundo de trocas mercantis hegemônicas pelo capital e, ao mesmo tempo, para ação de organizações e lideranças que se pautam por valores e perspectivas políticas emancipatórias que incluem a luta pela sobrevivência das comunidades tradicionais. A tecnologia e o conhecimento (inclusive as máquinas utilizadas, a assessoria de órgãos como o SEBRAE e o financiamento do Banco do Brasil) que vem de fora são incorporados, intencionalmente, a partir de valores e saberes associativos existentes na comunidade, tanto originários de práticas coletivas tradicionais como de outras

que resultam de atuais reflexões sobre produção associada e educação popular. A pequena agroindústria, atuando como associação de trabalhadores/as, apoia-se em conhecimentos técnicos de fora do patrimônio local, mas o faz na perspectiva da produção associada, beneficiando os trabalhadores da unidade econômica e a comunidade na medida em que auxilia na preservação da mesma. A formação para o trabalho não é a formação para o empreendedorismo. Todavia, os produtos da agroindústria são para o mercado externo. Este fato se torna um desafio para a vida da comunidade. Afinal, participar de trocas mercantis (neste momento priorizando governo estadual, municipais e outras cooperativas), pode vir a ter repercussão sobre o que e como produzir⁷.

No interior dessas comunidades, os cruzamentos de fronteiras entre modos antagônicos de produzir a vida social indicam a presença, concomitante, de identidade e de formas distintas de relação entre experiência de trabalho e experiência educativa. O advento de formas capitalistas de divisão social e técnica do trabalho desafiam a comunidade a pensar tempos/espaços específicos de formação técnico-política. Isso implica, evidentemente, atentar conscientemente para as contradições que são engendradas e para a ação dos sujeitos nelas envolvidos, e, lembrando Thompson (1981, p. 182), nos perguntarmos como “eles [e elas] tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura e não apenas a introjetam”? Como o novo, que se esforça para nascer, o faz, vivamente, no enfrentamento das contradições no seio das quais se produz?

Uma espécie de amálgama que incorpora o fazer, o pensar, o produzir sentidos e, portanto, a cultura, produz sujeitos individuais e coletivos constituindo uma determinada experiência humana num espaço/tempo. Desafiamos compreender as especificidades das relações entre trabalho e educação em espaços/tempos de resistência e/ou transformação radical das relações sociais capitalistas. Os espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais recolocam e adensam questões teórico-metodológicas para a pesquisa no campo Trabalho e Educação e, particularmente, sobre saberes do trabalho associado. Unidades de produção associada como fábricas ocupadas, que emergem e se desenvolvem em tempos/espaços de resistência/afirmação do trabalho associado e autogerido se constituem em um objeto de análise. Outros, com contornos específicos, são as comunidades tradicionais. Identificar tais especificidades e, ao mesmo tempo, as relações entre esses objetos nas pesquisas sobre saberes do trabalho associado é uma necessidade e um desafio teórico-político.

Por estarem submersas e dependentes do sistema capital, entendemos que, no contexto da acumulação flexível, a produção associada nas comunidades tradicionais (sejam elas quilombolas, pantaneiras ou indígenas) é deveras limitada. No entanto, na análise da História (enquanto estrutura e processo), o que está em jogo, como pano de fundo, é a sempre necessária reflexão sobre a estrutura e o sujeito no contexto do capitalismo do século XXI. Remetendo-se ao estudo das relações entre trabalho e educação, Gaudêncio Frigotto (2001, p. 24) analisa:

um aspecto a ater-se como fio condutor dos nossos objetivos específicos⁸ é a relação entre estrutura, determinações e sujeito, em sua tensão e mútua imbricação dialética”. Em última instância, o que está em questão é a velha polêmica sobre a relação entre infra-estrutura e superestrutura – polêmica esta que nos remete ao significado da premissa marxiana de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, o seu ser social que determina a consciência”. (MARX, 1978, p. 130).

Sobre as múltiplas “determinações”, Raymond Williams (1979) explica que não são apenas aquelas que se dão de “cima para baixo”. Afirma que “o sentido etimológico de *determiné* é ‘estabelecer fronteiras’ ou ‘estabelecer limites’” (WILLIAMS, 1979, p. 88), no entanto, “na prática, a determinação não é nunca apenas a fixação de limites, é também a existência de pressões” (WILLIAMS, 1979, p. 91). Fundamentado em Williams, Thompson (1981) indica que o desafio do pesquisador é observar a “história vista de baixo”, o que requer que nos debruçemos sobre as diversas dimensões da realidade humano-social, considerada na interrelação de limites e pressões. Sem desprezar as determinações gerais do capital, o autor nos auxilia a elaborar posicionamentos teórico-políticos a respeito dos significados das experiências de produção associada e autogestão no contexto do século XXI. Sobre a importância da experiência humana, este autor enfatiza que os sujeitos individuais e coletivos

[...] também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, como obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através

de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 193).

Considerações finais: trabalho e educação – qual experiência de trabalho?

Nas comunidades tradicionais que, em nossa pesquisa, vimos analisando as relações entre trabalho e educação, as formas que adquirem a produção associada, a autogestão, os saberes do trabalho associado e as formas de socialização e transmissão da cultura, resultam da experiência de sujeitos individuais e coletivos, considerando não apenas as mediações de primeira ordem, mas também as de segunda ordem, imposta pelo sistema capital.

A reconstrução histórica das características atuais da formação social das “culturas milenares das comunidades e povos tradicionais”, com ênfase nas categorias produção associada e autogestão, trabalho e educação e das relações que estabelecem entre si, precede à incursão na investigação específica dos saberes do trabalho associado. Tal reconstrução e, portanto, tais categorias ganham densidade econômico-cultural se tomamos a categoria “experiência”, em Thompson, considerada por esse autor como o “termo ausente” em análises do processo histórico fundamentadas no estruturalismo de Louis Althusser. Em outras palavras, para recuperar a premissa marxiana de que “o ser social determina a consciência”, Thompson se rebela contra o reducionismo econômico que, a partir de uma concepção não dialética do processo histórico, considera a superestrutura como espelho da infraestrutura. Incansavelmente, em *A Miséria da Teoria*, Thompson (1981) reivindica a “história vista de baixo”, ou seja, a experiência vivida, percebida e modificada pelos trabalhadores e trabalhadoras que, no século XVIII, na Inglaterra, participaram do *formar-se* da classe operária. Em defesa do materialismo histórico, reivindica a experiência como “uma categoria que por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador” (THOMPSON, 1981, p. 15). A experiência não é meramente prática, mas surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) refletem sobre o que acontece à sua volta. Pensamento e ação caminham juntos. Nessa direção, Thompson (1981, p. 182, grifo nosso) afirma:

[...] pela experiência os homens [e mulheres] se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles [e elas] tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só cumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa.

Para Thompson (1981), ao escrever a história, o que Althusser e os economistas vulgares negligenciam, é o diálogo entre o ser social e a consciência social, o qual se processa em ambas as direções, ou seja, se processa dialeticamente. Como esse autor, entendemos que a consciência social não é um recipiente passivo das determinações econômicas e/ou das mediações de segunda ordem do capital. Nesse sentido, para o campo Trabalho e Educação, pensamos ser necessário recuperar e analisar as diversas experiências coletivas que contenham elementos mais desenvolvidos ou menos, com maior ou menor potência emancipatória, de produção associada e de autogestão do trabalho e da vida social.

A categoria “saberes do trabalho associado” (FISCHER; TIRIBA, 2009a) é uma ferramenta teórica que pode ser apropriada para a investigação de saberes do trabalho em diferentes processos de espaços/tempos de aprender e ensinar a produção associada e a autogestão no trabalho, pois, como conceito, abstrai atributos que perpassam experiências singulares. No entanto, apropriar-se de um conceito demanda uma postura investigativa de “deixar o objeto/sujeito falar”, justamente para que suas dimensões singulares e particulares possam ser compreendidas nas suas contradições e também nas suas relações com a totalidade social.

Neste artigo, chamamos a atenção para três espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, o que demanda, portanto, o uso contextualizado da categoria “saberes do trabalho associado”. Observamos, por exemplo, o importante desafio teórico-metodológico a ser enfrentado para analisar as particularidades que adquirem os saberes do trabalho associado no contexto de sociedades tradicionais.

Nessa perspectiva, Célia Vendramini (2009) indica aspectos metodológicos presentes na obra de Thompson que contribuem para a análise dos saberes do trabalho (associado): apreender a singularidade sem perder de vista a totalidade dos fenômenos sociais; apreender as contradições da realidade; apreender os

aspectos subjetivos e objetivos; atentar para a diversidade das experiências coletivas e, ao mesmo tempo, os sentidos que podem ser encontrados no interior das relações sociais e, ainda, a dialética entre passado, presente e futuro (historicidade) dos fenômenos.

Trazer à tona os conteúdos e os modos de ensinar e aprender os saberes do trabalho associado, visibilizá-los e analisá-los em ações educativas fora e dentro da escola, significa contribuir com os movimentos sociais populares que buscam a preservação e desenvolvimento de práticas econômico-culturais que negam o trabalho assalariado e o capital. Além disso, se é por meio da experiência do trabalho que apreendemos e transformamos a realidade humano-social, é relevante problematizar em que medida as políticas e currículos da educação escolar incorporam as experiências e os saberes de trabalhadores/as associados. Aprender atributos universais e, ao mesmo tempo, singulares do conhecimento produzido por experiências de produção associada é, portanto, uma tarefa teórica, política e educativa ainda a ser realizada.

Notas

¹ Agradecemos a Cláudio Nascimento pelas relevantes e pertinentes observações feitas ao artigo.

² Sobre nossos estudos a respeito das dimensões educativas da coletivização da produção na Guerra Civil Espanhola, ver Lia Tiriba (2006), e sobre a autogestão e controle operário em Portugal, ver Lia Tiriba (2009a; 2009b).

³ Na Venezuela, todos os Ministérios se definem como instrumentos de poder popular. Em 2005 foi criado o Ministério da Economia Popular. Em especial, no que diz respeito ao Brasil, concordamos com Nascimento (2011, p. 56), ao considerar que a economia solidária “porta princípios da autogestão”. No entanto, “suas formas de luta e de organização não portam (pelo menos na conjuntura atual) a radicalidade e o antagonismo das lutas históricas de autogestão em relação ao Capital. Suas lutas são de resistência dentro do capitalismo” (NASCIMENTO, 2011, p. 56).

⁴ Trata-se do projeto de pesquisa *Trabalho, educação e produção associada: fios do “econômico” e do “cultural” na tessitura de relações sociais não capitalistas*, coordenado pela Profa. Dra. Lia Tiriba (UFF), com a participação do Prof. Dr. Edson Caetano (UFMT) e da Profa. Dra. Maria

Clara Bueno Fischer (UFRGS). Pretende-se: a) Recuperar o pensamento do historiador E. P. Thompson sobre as relações históricas entre economia e cultura na organização da vida social; b) Perceber elementos econômico-culturais na conformação de experiências de produção associada que, hoje, se localizam no campo e na cidade; c) identificar práticas e saberes do trabalho associado que configuram a cultura do trabalho.

⁵No campo Trabalho-Educação é usual tomarmos os contornos históricos que a relação entre trabalho e educação assumiu no capitalismo atual, priorizando análises críticas da natureza alienada do trabalho, incluindo, neste contexto, a socialização do trabalhador na fábrica capitalista e as demandas de formação geral e profissional induzidas pelo capital e, portanto, o dualismo estrutural que separa fazer e pensar; entre concepção e execução. Ao mesmo tempo, afirmamos a integração do trabalho (nas suas dimensões ontológico-históricas), da ciência, da cultura e da tecnologia na estruturação de um currículo escolar que integre estas facetas da produção econômico-cultural da vida em sociedade; não dualista e emancipatório.

⁶O escopo deste trabalho não nos possibilita discutir as relações entre conhecimento científico e relações capitalistas de produção, fundadas na propriedade privada dos meios de produção. Tema, certamente, muito importante para compreender os fundamentos econômico-culturais das experiências de produção associada, presentes nas comunidades tradicionais.

⁷Dados de pesquisa produzidos por Lirian Keli dos Santos (2013) em sua dissertação de mestrado, em andamento, orientada pelo Prof. Dr. Edson Caetano, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Ambos compõem a equipe do projeto de pesquisa “Trabalho, educação e produção associada: fios do “econômico” e do “cultural” na tessitura de relações sociais não capitalistas”, coordenado pela professora Dra. Lia Tiriba (UFF). A incorporação e interpretação dos dados da pesquisa neste artigo são de responsabilidade das autoras.

⁸O autor está fazendo referência aos estudiosos do Campo Trabalho-Educação no Brasil, especialmente os que se reúnem no Grupo de trabalho (GT) Trabalho-Educação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPED).

REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella P.; POLINIE, Ilza Nunes da C. Trabalho, educação e economia popular solidária: vivências no Mato Grosso. In: TORRES, Artemis; SEMERARO, Giovanni (Org.). *Sobre saberes, educação e democracia*. Cuiabá: Edufmt, 2011.
- CATTANI, Antônio David; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Dicionário de la otra economía: lecturas sobre economía social*. Buenos Aires: Altamira, 2009. v.1.
- FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. De olho no conhecimento “encarnado” sobre trabalho associado e autogestão. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 13, n. 3, set./dez 2009a.
- FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio David et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina SA; São Paulo: Almedina do Brasil, 2009b. p. 293-298. (Série Políticas Sociais).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, p. 15-26, 2001.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo, inclusões e inclusões forçadas. In: FONTES, Virgínia. *Reflexões impertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. p. 19-50.
- GRZEBIELUKA, Douglas. Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. *Geografar*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 116-137, jun. 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/21757>> Acesso em: 12 dez. 2012.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo. Abril Cultural, 1984. v. 1. Livro 1.

- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NASCIMENTO, Claudio. Momentos e ideias decisivos para uma história da autogestão. In: NASCIMENTO, Claudio. *Autogestão da pedagogia*. São Paulo: IIEP, 2011a.
- NASCIMENTO, Claudio. Poder autogestionário e comunal na América Latina. *Massa crítica*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 1-5, set. 2011b. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/files/2012/12/Massa-Cr%C3%Adtica-56.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2012.
- SANTOS, Lirian Keli. *Trabalho, produção associada e produção de saberes na comunidade tradicional Imbê-MT*. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológico-históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.
- SILVA, Regina Aparecida da; SATO, Michèle. *Mapa dos grupos sociais*. Mato Grosso: UFMT, 2011.
- SOLANO, Henry C; LAZARINI, Valéria M. Economía Comunitaria. In: CATTANI, Antônio David; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Diccionario de la otra economía: lecturas sobre economia social*. Buenos Aires: Altamira, 2009. p. 121-133. v.1.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

TIRIBA, Lia. Trabalho e educação na Guerra Civil Espanhola: cenas madrilenhas sobre conselhos operários e coletivização da produção. *Histedbr On-line*, São Paulo, n. 22, v. 2, p. 180-200, 2006. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/edicanter.html>>. Acesso em: 21 out. 2012.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Produção Associada e Autogestão. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 612-618.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TIRIBA, Lia. Processo de trabalho e processo educativo: notas sobre o período de ouro da educação de adultos em Portugal. In: CANÁRIO, Rui; RUMMERT, Sonia. *Mundos do trabalho e aprendizagem*. Lisboa: Educa, 2009a. p 155-171.

TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado: a autogestão no contexto do movimento popular de 25 de Abril. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CANÁRIO, Rui; RUMMERT, Sonia (Org.). *Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal*. Niterói: Eduff, 2009b. p. 45-63.

VENDRAMINI, Célia. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. *Educação Unisinos*, v. 10, n. 2, p. 123-129, maio/ago. 2006.

Learning and teaching self-management: spaces and/times of work to produce life in a associative way

Abstract

The aim of the paper is to present theoretical and methodological issues of the research field Work and Education, and particularly on associated production, self-management and knowledge of associated labor. After considering the shapes that have taken up the work in the regime of flexible accumulation, special attention is given to the spaces and times of work to produce life in an associative way: a) spaces / revolutionary times - when structural changes are produced in society, there is the duality of powers or the confrontation between labour and capital is manifested through revolts and rebellions; b) spaces / times of the current crisis of capital and of wage labor, in which associative strategies work are configured as part of the popular solidarity economy; c) spaces / times of ancient cultures of traditional communities and people. From the preliminary results of an ongoing research and previous scientific studies, the third space / time is approached to argue that the associated production is, possibly, the main school for learning self-management of work and social life. It is important to highlight that these experiments, emerging or staying in homogenized societies by the capital, imply in socialize, individually and collectively, through the vital

Aprender y enseñar la autogestión: espacios/tiempos del trabajo de producir la vida asociativamente

Resumen

El objetivo del artículo es presentar cuestiones teórico-metodológicas del campo de investigación Trabajo y Educación y, en particular sobre producción asociada, autogestión y saberes del trabajo asociado. Tras considerar la precarización del trabajo en el régimen de acumulación flexible, se da una atención especial a los espacios/tiempos del trabajo para producir la vida asociativamente. a) Espacios/tiempos revolucionarios – cuando son producidos cambios estructurales en la sociedad, se verifica la dualidad de poderes o la confrontación entre capital y trabajo, se manifiesta con revueltas y rebeliones. b) Espacios/tiempos de la actual crisis del capital y del trabajo asalariado, en los cuales las estrategias asociativas de trabajo se configuran como parte integrante de la economía popular solidaria; c) Espacios/tiempos de las culturas milenarias de las comunidades y pueblos tradicionales. A partir de la anterior producción científica y de los resultados de una investigación en curso, es el tercer punto sobre el espacio/tiempo que nos dedicamos en este texto para argumentar que la producción asociada es, posiblemente, la principal escuela para el aprendizaje de la autogestión

contradiction between the sociability of capital and other economic-cultural ways which are marked by the appreciation of work. EP Thompson's perspective of historical materialism, Ivan Mézsáros's mediation of first and second order and the author's concepts of production, self-management and associated knowledge support the academic analysis made.

Keywords: Work and education. Associated production and self-management. Work associated knowledge.

del trabajo y de la vida social. Se enfatiza que, emergiendo o sosteniéndose en sociedades hegemónicas por el capital, estas experiencias implican una formación individual y colectiva, en medio de la contradicción vital entre la sociabilidad del capital y otras formas económico-culturales marcadas por la valoración del trabajo. La perspectiva del materialismo histórico de E. P. Thompson, las mediaciones de primera y segunda orden de Ivan Mézsáros y los conceptos de producción asociada, autogestión y saberes del trabajo asociado sostienen las reflexiones presentadas.

Palabras claves: Trabajo y educación. Producción asociada y autogestión. Saberes del trabajo asociado.

Maria Clara Bueno Fischer

E-mail: clarafis@cpovo.net

Lia Tiriba

E-mail: liatiriba@gmail.com

Recebido em: 4/3/2013

Versão final recebida em: 23/5/2013

aprovado em: 29/8/2013